

# A ficção como limite: reflexões sobre o diálogo entre história e literatura

## *Fiction as a limit: reflections on History's dialogue with Literature*

Fernando Gil Portela Vieira<sup>1</sup>

**Resumo:** Desde a fundação dos *Annales*, nos anos 1920, as relações interdisciplinares têm assumido grande importância para a história. Porém, o diálogo com a literatura, escrita considerada “ficcional” pelos historiadores, continua especialmente polêmico. Este artigo discute o conceito de “ficção” e procura mostrar que é justamente o traço ficcional que aproxima as escritas da história e da literatura.

**Palavras-chave:** ficção, história, literatura, ciência.

**Abstract:** Since the creation of the *Annales* magazine during the 1920's, interdisciplinary relationships have acquired importance in Historiography. However, dialogue with Literature – a “fictional” kind of writing for historians – remains controversial. This paper calls into question the traditional concept of “fiction” and argues that the fictional trait is what brings together History and Literature writing.

**Keywords:** fiction, History, Literature, Science.

O campo dos estudos históricos apresenta, hoje, um amplo leque de objetos de pesquisa e opções teóricas postos aos historiadores. Apesar da sobrevivência de cânones como a indispensabilidade da documentação e a busca pelo real, a crise que assola as ciências humanas desde o século passado ainda põe em xeque a pertinência do “paradigma iluminista” na história.<sup>2</sup> Tal paradigma legou à história normas científicas como a necessidade de explicar e *provar*, tão cara às ditas ciências naturais. Mas a

---

<sup>1</sup> Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense, com bolsas de pesquisa concedidas pela CAPES e pela FAPERJ; doutorando no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo. E-mail para contato: fgpv22@hotmail.com

<sup>2</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion. Introdução: História e paradigmas rivais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da história:** ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 1-23.

história, saber que opera por meio da escrita,<sup>3</sup> está, em nossos dias, afetada pelo “paradigma pós-moderno”, que questiona a cientificidade e a objetividade, dominantes em nossa disciplina até algumas décadas atrás.<sup>4</sup>

Com efeito, a desintegração de utopias – no campo sociopolítico – e o questionamento de modelos explicativos – no campo teórico – não deixaram imune a historiografia. A herança dos *annalistes* Marc Bloch e Lucien Febvre, sucedidos por Fernand Braudel – paladinos da história social francesa –, segue uma pulverização de propostas e temas que alertou para a valorização de outras formas de se escrever a história. Por exemplo, o conjunto de temáticas englobadas sob o rótulo de “nova história cultural”, em oposição à “velha” história cultural, dedicada às manifestações eruditas, ao clássico, ao sofisticado. Por outro lado, para historiadores convencidos do caráter científico da disciplina, a história “pós-moderna” representa um sério risco de a historiografia resvalar para o relativismo, o niilismo e temas tidos como irrelevantes.<sup>5</sup>

Utilizo a expressão “pós-moderno” para nomear, de modo geral, tais transformações do paradigma historiográfico nas últimas décadas, embora consciente dos riscos a que se prestam as generalizações a partir de um conceito. Natalie Davis, autora do já clássico *O retorno de Martin Guerre*, duvida que esta obra possa ser classificada como “pós-moderna”. Aliás, prossegue Davis, se o pós-moderno, segundo entende, é recusar generalizações e tratar a cultura e a linguagem como condicionantes das ações humanas, tal categoria é dispensável: de certa forma, tudo é gerado culturalmente.<sup>6</sup> Certamente, esta é uma opinião pós-moderna para, por exemplo, marxistas ortodoxos.

Historiador dedicado à cultura europeia na Era Moderna, Peter Burke vê, na “mentalidade pós-moderna”, “uma reação não somente contra a objetividade ou o mito da objetividade, mas também contra o determinismo social, quer marxista ou não”.<sup>7</sup> Ao enfatizar a liberdade de

---

<sup>3</sup> WHITE, Hayden. Teoria literária e escrita da História. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 21-48, 1994 (especialmente p. 23).

<sup>4</sup> CARDOSO, Introdução: História e paradigmas rivais, op.cit., p. 4.

<sup>5</sup> O'BRIEN, Patricia. A história da cultura de Michel Foucault. In: HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. Trad. Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 35.

<sup>6</sup> PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. Natalie Zemon Davis [entrevista]. In: PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. **As muitas faces da história**: nove entrevistas. São Paulo: Editora UNESP, 2000. p. 103-104.

<sup>7</sup> PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. Peter Burke [entrevista]. In: PALLARES-BURKE, op.cit., p. 199.

pessoas comuns, contrariando a determinação do individual pelo social, trabalhos como *Martin Guerre* são pós-modernos. Burke toca, portanto, em alguns pontos-chave do pós-modernismo para a história: a diluição dos limites da disciplina, a oposição à sistematização e a transgressão do tido por racional.<sup>8</sup> De fato, recusa o primado do social sobre o indivíduo soa “herético” a historiadores de tradição positivista. Deste modo, a “historiografia pós-moderna”, além de inovadora para a história, também o é pela maneira de se aproximar de outros campos do saber.

Se o pós-moderno implica em fragmentação, recusa da generalização, abandono de grandes modelos explicativos, em suma, pulverização do conhecimento, é coerente que seja difícil elaborar uma tipologia da historiografia pós-moderna. Críticas internas à corporação acusam certos historiadores de incentivar o relativismo e dar demasiada importância ao discurso e à imaginação.<sup>9</sup> Mas será que a sociedade se comporta de forma diferente, atualmente? Marc Bloch, em *Apologia da história*, cita um provérbio árabe segundo o qual os homens se parecem mais com sua época do que com seus pais. Também José Carlos Reis nos faz lembrar a condição de homens do nosso tempo:

O que é o real em um mundo dominado pelo virtual? O que é fato concreto em um mundo dominado pela simulação? [...] As culturas se interpenetram, as economias se atravessam, os poderes se interferem, os espaços perdem fronteiras, os tempos se superpõem. [...] Se a história é a linguagem da mudança, pois a estrutura, ao representá-la, precisa estar a par das mudanças profundas que o final do século XX viveu; estar a par e na vanguarda, reconhecendo-as e

---

<sup>8</sup> ALCALÁ, Angel. Los límites de la novela histórica: el conflicto entre Historia y Literatura en cuatro novelas sobre la expulsión y el descubrimiento. In: NOVINSKY, Anita, KUPERMAN, Diane (orgs.). **Ibéria judaica**: roteiros da memória. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, São Paulo: EDUSP, 1996 (América: raízes e trajetórias, v. 6). p. 604.

<sup>9</sup> Uma crítica sólida do “paradigma pós-moderno” em nossa disciplina, na historiografia brasileira, é a de CARDOSO, Introdução: História e paradigmas rivais, op.cit. Nas p.16-17 deste texto, o autor afirma que “[a historiografia pós-moderna] conduz inevitavelmente a um relativismo radical: as interpretações são necessariamente múltiplas a respeito de um dado tema; e inexistem formas aceitáveis de se escolher entre elas”. Relativismo que conduz – conforme diz o autor, na p.21 do mesmo texto – à compreensão do social “como um ‘texto’ abordado num relativismo culturalmente contextualizado”.

formulando-as o mais próximo possível da sua atualidade.<sup>10</sup>

Como exigir, pois, que em meio à descrença nas ideologias, nas fronteiras entre campos de saber, na separação entre real e virtual, a história assumira um comportamento rígido e fechado nos cânones *annalistes*, marxistas ou estruturalistas? A não ser que os historiadores permaneçam forçosamente alheios às mudanças à sua volta.

Reis elenca outros traços possíveis da historiografia pós-moderna: apego à micronarrativa, ênfase no imaginário, nas representações, na subjetividade e – ponto que destacarei adiante – a redefinição da interdisciplinaridade.<sup>11</sup>

O cuidado para com as representações e a subjetividade se revela, por exemplo, em temáticas abordadas por trabalhos identificados à “nova história cultural”. À guisa de exemplos, lembro as pesquisas sobre práticas religiosas externas ao cânone oficial – para o Brasil colônia, os estudos sobre a religiosidade africana e o sincretismo desta com práticas indígenas e cristãs;<sup>12</sup> o amor e o sexo, que conta com um trabalho de Ronaldo Vainfas sobre a moral e a sexualidade na América Portuguesa, apreendidas em fontes oriundas do Tribunal da Inquisição;<sup>13</sup> e a vida privada e o cotidiano, na coleção *História da vida privada no Brasil*, similar à homônima coletânea francesa.<sup>14</sup>

Toda esta mudança, da qual procuro dar apenas um panorama bem restrito, não significa que a clássica história social e os cânones da objetividade e da verdade tenham desaparecido da historiografia. A importância dos documentos e a imposição de limites à imaginação no trabalho do historiador são ressaltadas por alguns dos principais expoentes

---

<sup>10</sup> REIS, José Carlos. **História & teoria**: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p. 59-60.

<sup>11</sup> *Ibidem*, p. 60-61.

<sup>12</sup> MOTT, Luiz. Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu. In: SOUZA, Laura de Mello e (coord.). **História da vida privada no Brasil - cotidiano e vida privada na América Portuguesa, v. 1**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 155-220; VAINFAS, Ronaldo. **A heresia dos índios**: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

<sup>13</sup> VAINFAS, Ronaldo. **Trópicos dos pecados**: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil. 4 reimpr. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

<sup>14</sup> Coletânea citada na nota 12.

da historiografia atual<sup>15</sup>. Todavia, a história conserva o duplo traço objetivo e especulativo, que caracteriza a produção do seu conhecimento. Este, conforme Carlo Ginzburg, “é possível de ser provado [pela fonte, evidência] [...] [mas] os historiadores são pessoas que falam a partir de um lugar [...] Portanto, o conhecimento que produzem é localizado”.<sup>16</sup> Para muitos, o pós-modernismo – inclusive na história – seria caracterizado apenas pelo traço “localizado” ou “especulativo” do conhecimento, identificado pelos críticos com o relativismo, o descrédito na ciência e, no limite, a morte do sujeito.<sup>17</sup>

Apesar desse mal-estar teórico na história, ainda não de todo dissipado, há de se reconhecer que a tensão entre diversas propostas de abordagens, campos de atuação e objetos de pesquisa constituem a riqueza da disciplina histórica, e o debate, o motor de sua evolução, ou seja, de sua mudança. Porém, a mencionada abertura de opções teóricas e relações interdisciplinares experimentadas por alguns historiadores não agrada a todos os membros da corporação. É o caso do diálogo – ou debate, para os mais céticos – entre história e literatura que, aliás, não é novo, antes acompanha a crise das ciências humanas a que me referi antes. Mas ganhou novo sentido com a publicação de trabalhos específicos sobre o tema, reflexo do pós-modernismo na historiografia, cujo questionamento dos limites dos campos do saber abriu caminho para uma interlocução mais intensa entre as duas áreas.

Segundo a clássica definição fornecida por Marc Bloch, a história é a ciência dos homens, no tempo.<sup>18</sup> Mais à frente, discutirei o alegado traço científico da história. Por ora, apenas introduzo a definição de história mais amplamente aceita para contrapor-la à (in)definição de literatura.

Vejamos alguns exemplos: Carlos Segre diz que a literatura é um “centro vazio em torno do qual giram demasiadas noções, como crítica, filologia, retórica, estilística, texto, discurso, palavra, e muitas outras mais”.<sup>19</sup> Outros concebem a literatura como tudo o que é ou foi pronunciado. Proposta problemática, pois, segundo esta definição, até um

---

<sup>15</sup> Cf. VAINFAS, Ronaldo. A melancolia dos historiadores (resenha do livro “As muitas faces da história”). **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 2, p. 217-224, março 2001.

<sup>16</sup> PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. Carlo Ginzburg [entrevista]. In: PALLARES-BURKE, **As muitas faces da história**, op.cit., p. 297-298.

<sup>17</sup> CARDOSO, Introdução: História e paradigmas rivais, op.cit., p.4.

<sup>18</sup> BLOCH, Marc. **Apologia da história ou O ofício de historiador**. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 55.

<sup>19</sup> SEGRE, Carlos. Literatura. In: **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1989. v. 17, p. 176.

tratado de ciência exata seria uma obra literária. Já para Terry Eagleton, a literatura *não* se define primordialmente pelo caráter inverídico – “ficcional” – de seu conteúdo. Antes, o texto literário é um discurso não-pragmático: não tem o objetivo declarado de produzir conhecimento ou de aplicá-lo, vale dizer, prescinde de objetivos científicos. Todavia, como o próprio Eagleton admite, a produção e recepção de um texto importam mais do que ele próprio: um texto literário pode ser lido pragmaticamente, e algo que hoje não é reconhecido como literatura pode tê-lo sido um dia. Por exemplo, o *Leviatã* de Hobbes e a filosofia de Descartes eram, na Inglaterra do século XVII, considerados textos literários.<sup>20</sup> Assim, a definição proposta por Eagleton é historicamente específica, e supõe a diacronia que acompanha as releituras das obras literárias.

É sabido que a acepção do termo “literatura” sofreu adaptações. Na Baixa Idade Média, a noção de literatura não era tão abrangente como seria a partir dos séculos XVIII e XIX, quando o jornalismo e a prosa romanesca ascenderam à categoria de textos literários.<sup>21</sup> Contudo, enquanto o romance adentra o rol dos literatos, outro discurso se lhe distancia: a história, que no século XIX afasta radicalmente dos seus domínios qualquer pretensão de conhecimento sem amparo documental. É o triunfo da ciência nos domínios de Clio. Firma-se o monopólio do conhecimento sobre o passado, que sobreviveria à atual crise de paradigmas e ossificaria a diferença – para alguns, a superioridade do conhecimento histórico. Mais do que a linguagem ou o objetivo explícito de produzir conhecimento, o compromisso com o real, reconstituído por meio das fontes, passa a marcar o limite entre as duas esferas. Em suma, eis a separação pretensamente definitiva entre o “fato” e a “ficção”.

Tal “superioridade” da história sobre a literatura foi embasada a partir do significado de “invenção” – no limite, “mentira” – dado ao termo ficção, traço tido, por excelência, do discurso literário. Apesar de firmada com autoridade científica, a partir do século XIX, esta postura tem origem na Antiguidade, com os gregos Aristóteles e Tucídides. Para o primeiro, a narrativa histórica pertence ao mundo das verdades particulares, do acontecido, do não universal, ao passo que a poesia, embora também trate do “real”, o faz num sentido genérico, além de vivências particulares. Em

---

<sup>20</sup> EAGLETON, Terry. **Teoria da Literatura**: uma introdução. Trad. Waltensir Dutra. São Paulo: Martins Fontes, 1994. Ver especialmente a introdução (“O que é Literatura?”, p. 1-17).

<sup>21</sup> CHARTIER, Roger. *Literatura e História*. **Topoi**, Rio de Janeiro, v.1, p. 197-216, 2000.

outras palavras, das verdades possíveis e desejáveis. A importância de Tucídides é revelada por François Dosse: “A definição de história, no momento da criação dos *Annales*, não havia conhecido modificação substancial desde Tucídides”.<sup>22</sup> Este autor grego critica a oralidade como meio privilegiado para propagar a narrativa dos eventos passados. Para Tucídides, apesar da possibilidade de o conhecimento ser alcançado por testemunhos oculares, sua transmissão deve se valer da escrita, não da oralidade.<sup>23</sup>

Na contemporaneidade, enquanto a história, concatenada aos fundamentos científicos de objetividade e racionalidade, não admite outro discurso científico, pelo menos quanto à análise das sociedades passadas, a literatura afasta de si a pretensão de ser uma voz autorizada sobre o pretérito, limitando-se ao verossímil ou, no máximo, a “ficcionalizar” a narrativa histórica.<sup>24</sup> A construção desse discurso racional “fez de nossa musa [a história] a rainha das ciências, como aquela que detém a fala autorizada sobre o passado, fornecendo dele o relato fidedigno e, portanto, verdadeiro”.<sup>25</sup> Evidentemente, transformações teórico-metodológicas não acontecem subitamente. Diz Roger Chartier, em *A ordem dos livros*, que uma revolução não se suprime, mas também não se decreta.<sup>26</sup> Ingênuo quem disser que a história abandonou completamente suas pretensões científicas. Embora também por motivos políticos e institucionais, mas não só, os departamentos de história nas universidades estão, em grande parte, integrados aos institutos de “ciências humanas”. No contexto mais amplo,

---

<sup>22</sup> DOSSE, François. **A História em migalhas**: dos *Annales* à Nova História. Trad. Dulce Oliveira Amarante dos Santos. Bauru: EDUSC, 2003. p. 56.

<sup>23</sup> Cf. PESAVENTO, Sandra Jatahy. Fronteiras da ficção. Diálogos da história com a literatura. **Revista de História das Ideias**, Coimbra, v. 21, p. 33-57, 2000. Sobre Tucídides, ver p. 36. Agradeço ao parecerista anônimo deste artigo, que atentou para a diferença entre a excelência, para Tucídides, da narrativa escrita e a possibilidade de se valer do testemunho ocular sobre o acontecimento. Revela-o este trecho da obra sobre a Guerra do Peloponeso (I, 22): “Quanto aos feitos realizados na guerra, decidi escrever não recolhendo informações junto de qualquer um [...] *mas o que eu próprio presenciarei*, tendo ainda checado cada um deles, com a maior exatidão possível, junto de outros” (grifo meu).

<sup>24</sup> MENDONÇA, Carlos Vinícius Costa de, ALVES, Gabriela Santos. Da alegria e da angústia de diluir fronteiras: o diálogo entre a História e a Literatura. **Cantareira**, Niterói, v. 4, Disponível em: <[www.historia.uff.br/cantareira/edicoesant/cantareiraquatro/index.html](http://www.historia.uff.br/cantareira/edicoesant/cantareiraquatro/index.html)>. Acesso em: 13 out. 2004 (p. 5 na versão eletrônica).

<sup>25</sup> PESAVENTO, op.cit., p. 36.

<sup>26</sup> CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros**: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Trad. Mary del Priore. Brasília: Ed. UnB, 1994. p. 106.

também é ingenuidade afirmar que a ciência define-a. A medicina, o cenário da conquista espacial e o ordenamento econômico revelam a ciência como protagonista do mundo contemporâneo, inclusive e principalmente, nos campos do saber.

No entanto, há mudanças importantes em curso. A chamada historiografia pós-moderna, que apresentei resumidamente, é o sintoma principal, na história, do descrédito progressivo sofrido pelo “paradigma iluminista” nas últimas décadas. A intensificação do diálogo entre história e literatura é evidente, tendo em vista que, se o método científico é posto em xeque por filósofos e historiadores, as noções de prova, de realidade e de fato são relativizadas. Surgem, em contrapartida, a imaginação, a aceitação da impossibilidade de conhecer o verdadeiro por meio da história e a atenção à linguagem como fator determinante, e não secundário (um “meio”) da práxis historiográfica. A história está mais próxima da literatura.

Atentar à noção de *linguistic turn*, ou “virada linguística”, é uma forma de introduzir o diálogo entre os saberes. Este conceito parte da crítica à filosofia do sujeito, segundo a qual um sujeito racional e consciente é capaz de apreender uma realidade externa ao discurso. Para este sujeito, a linguagem é somente o *meio* pelo qual a realidade é apresentada. Para a “virada linguística”, porém, a “realidade é apresentada de acordo com os conceitos com que a nomeamos, isto é, ela [a realidade] existe a partir da linguagem, e não fora dela”.<sup>27</sup> Carlo Ginzburg destaca a vinculação da “virada linguística” à luta travada nas últimas décadas do século XX, dentro da comunidade historiadora, contra o alegado “positivismo” da história tradicional. Questionando a possibilidade de a história alcançar a prova, os simpatizantes do *linguistic turn* insistem na dimensão retórica da historiografia. Baseado nesta observação, Ginzburg diz que a “virada linguística” deve ser chamada, com mais exatidão, de “virada retórica”.<sup>28</sup>

Ao relacionar a história à “virada linguística”, atento, sobretudo, às estratégias literárias nos textos historiográficos. Mas, se o rigor do método histórico, na busca pela verdade, é aparentemente inconciliável com a imaginação literária, como será possível mostrar as proximidades entre tais saberes opostos? Por mais surpreendente que seja, é justamente a muralha

---

<sup>27</sup> SILVA, Vitor Henriques Marques. **A poética da impostura**: a história como ficção em Hayden White - uma crítica à vontade de ficção científica. Rio de Janeiro, 2003. Monografia (Bacharelado em História). Departamento de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro. p. 3.

<sup>28</sup> GINZBURG, Carlo. **Relações de força**: história, retórica, prova. Trad. Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 68.

erguida para separar os dois campos que, vista de outro ângulo, se torna um denominador comum aos dois discursos: a ficção. Todavia, é preciso destituir o conceito de ficção do significado comum: “mentira”, “inverdade”, “imaginação”.

“Ato ou efeito de fingir; simulação; fingimento” ou “coisa imaginária; fantasia; imaginação; criação”,<sup>29</sup> a palavra ficção foi afastada da história em razão do compromisso de Clio com a verdade, ainda que parcial. Daí simulação, imaginação e criação serem palavras tradicionalmente avessas ao vocabulário do historiador e, em oposição, afeitas à literatura. Mas nem a origem etimológica nem os usos do termo ao longo do tempo respaldam certo significado depreciativo para o termo “inventado”, por muito tempo associado a “mentiroso”. Ginzburg recorda que a palavra latina *fictio* é etimologicamente próxima de *figulus*, que significa “oleiro”. A imagem do oleiro é clara: alguém que dá forma a um objeto a partir de uma matéria-prima. Para Santo Agostinho, a ficção, na escrita, é uma construção que pode ser tanto mentirosa quanto uma figuração da verdade. Segundo Isidoro de Sevilha, a ficção seria o verossímil, não o falso.<sup>30</sup>

Conforme este raciocínio, a separação rígida entre ficção e historiografia se torna problemática. Se a escrita ficcional não é necessariamente falsa, pode ser verdadeira ou verossímil, há espaço na história para a ficção e a escrita literária. Um trabalho de história – independente da quantidade ou qualidade das fontes, aliás, por causa delas mesmo – é todo ele uma construção: seleção e recorte de documentos, elaboração das hipóteses e o próprio desenvolvimento da pesquisa. Conforme Lloyd Kramer, a “dimensão fictícia e imaginária de todos os relatos de acontecimentos não significa que eles não tenham realmente acontecido, mas, sim, que [...] [para] *descrever* os acontecimentos [...] deve levar em conta diferentes formas de imaginação”.<sup>31</sup> Dois outros pontos reforçam o traço fictício do trabalho do historiador. Primeiro, a construção do saber histórico é um processo baseado em vestígios e testemunhos, não na “coisa em si”. Segundo, a linguagem que o historiador utiliza é a mesma

---

<sup>29</sup> Cf. definição do dicionário “Aurélio”. Apud PESAVENTO, *Fronteiras da ficção*, op.cit., p.33.

<sup>30</sup> GINZBURG, Carlo. **Olhos de madeira**: nove reflexões sobre a distância. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 55-57.

<sup>31</sup> KRAMER, Lloyd S. Literatura, crítica e imaginação histórica: o desafio literário de Hayden White e Dominick LaCapra. In: HUNT, **A nova história cultural**, op.cit., p. 136-137 (grifo original).

da ficção literária. A realidade fica, pois, subordinada ao modo como é empregada a linguagem; se controlada pela fonte ou não.<sup>32</sup>

O realmente acontecido – seja uma batalha, uma revolução, um processo, uma festa popular ou uma trajetória de vida – não chega ao pesquisador senão por meio de testemunhos, que não são de modo algum totalmente confiáveis. Por mais que a crítica das fontes seja invocada para separar o verdadeiro do falso nos documentos, esta operação comportará um quê insubstituível de intuição, escolha e seleção pelo historiador. Em suma, a atribuição de fidedignidade a uma fonte já é um edifício argumentativo. À medida que a pesquisa se desenvolve e o historiador elabora suas conclusões sobre o objeto estudado, a passagem de sua tese para o papel também não está livre de imagens e significados para apresentar ao leitor o que considera real. Poucos demonstram este processo como Hayden White, filósofo da história que problematiza o caráter “verídico” da escrita da história, afirmando que os trabalhos dos historiadores contêm ficção – ou melhor, *são* ficções –, ao passo que a escrita literária comporta esferas do real.<sup>33</sup> A aproximação da história com a teoria literária culminaria na publicação, em 1973, de *Metahistory*, em que White mostra como a imaginação e a linguagem poética povoaram os trabalhos de vários historiadores do século XIX, apogeu da historiografia dita positivista.<sup>34</sup>

A visão sobre esta historiografia foi moldada pela tradição dos *Annales*, pautada pela crítica sistemática à produção pré-*annaliste*. Em linhas gerais, considera-se que os “positivistas” da história tencionavam recuperar o evento tal como acontecera, com a máxima fidelidade às fontes. Na verdade, vários historiadores franceses alertavam contra esta visão redutora já em fins do século XIX, antes, portanto, dos *Annales*. Pierre Lacombe, por exemplo, clamava pelo afastamento da história do mero acontecimento, enquanto Gabriel Monod requeria maior atenção às estruturas. No início do século XX, François Simiand se insurgia contra os “três ídolos” da historiografia então dominante: o da história política, o individual e o das origens. Eram respostas às visões rígidas de historiadores como Fustel de Coulanges e Leopold Von Ranke, que advogavam a

---

<sup>32</sup> REIS, *História & teoria*, op.cit., p. 151.

<sup>33</sup> SILVA, *A poética da impostura*, op.cit., p. 6.

<sup>34</sup> Cf. BOMENY, Helena. Apresentação. In: WHITE, Hayden. Teoria literária e escrita da História, op.cit., p. 21. Edição brasileira de *Metahistory*: WHITE, Hayden. **Meta-História**: a imaginação histórica do século XIX. Trad. José Laurênio de Melo. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 1995.

passividade perante a fonte e, em particular para Ranke, a recusa da reflexão histórica.<sup>35</sup>

Esta proposta – benéfica, do ponto de vista da legitimação da história como saber científico, considerando o panorama intelectual da modernidade, pautado pela ciência – corria o risco, todavia, de sublimar que entre o acontecido e a versão narrada há necessariamente uma distância, mínima que seja. Distância que atinge as próprias fontes: por que um testemunho contemporâneo sobre o evento pesquisado é obrigatoriamente fidedigno? Se o historiador crer nesta fidedignidade *in totum*, corre o risco de fazer afirmações falsas, o que tanto teme. Por outro lado, não pode abrir mão da fonte. Só a humilde aceitação de que não poderá conhecer o passado em sua integralidade levará o historiador a exercer plenamente a escrita de sua disciplina: o mais verossímil que possa ser, mas imaginativa – uma escrita ficcional.

Enfrentar o paradoxo do compromisso com o real e a impossibilidade de alcançá-lo em plenitude leva a comunidade historiadora a criar diferentes estratégias. Jacques Le Goff, um dos mais expressivos representantes da terceira geração de *annalistes*, diz, lembrando o fundador dos *Annales*:

[Marc Bloch] não diz: a história é uma arte, a história é literatura. Frisa: a história é uma ciência, mas uma ciência que tem como uma de suas características, o que pode significar sua fraqueza mas também sua virtude, ser poética, pois não pode ser reduzida a abstrações, a leis, a estruturas.<sup>36</sup>

Em sua monografia sobre a obra de Hayden White, Vitor Silva intitula um de seus capítulos “A doce balança”.<sup>37</sup> Título poético, como convém a um trabalho dedicado a um autor que considera a escrita da história um ato essencialmente poético. Mas, para criticar a citada postura ambígua de Bloch, melhor dar voz ao próprio White:

---

<sup>35</sup> Cf. DOSSE, **A História em migalhas**, op.cit., p. 46, 60, 47, para as críticas de Lacombe, Monod e Simiand, respectivamente. Para Fustel de Coulanges e Ranke, ver p. 65-66.

<sup>36</sup> LE GOFF, Jacques. Prefácio. In: BLOCH, **Apologia da história ou O ofício de historiador**, op.cit., p. 19.

<sup>37</sup> SILVA, **A poética da impostura**, op.cit., p. 26-33.

Por mais de um século, muitos historiadores acharam útil empregar uma tática fabiana contra críticos em campos afins do labor intelectual. [...] quando os cientistas sociais lhe criticam a amenidade do método, a imperfeição do sistema de metáforas ou a ambiguidade das pressuposições sociológicas e psicológicas, o historiador responde que a história jamais reivindicou o *status* de ciência pura, que ela depende tanto de métodos intuitivos quanto analíticos e que os juízos históricos não deveriam, portanto, ser avaliados a partir de modelos críticos que só podem ser aplicados com propriedade às disciplinas matemáticas e experimentais. Tudo isso sugere que a história é um tipo de arte. Porém, quando os literatos lhe criticam a incapacidade de sondar as camadas mais sombrias da consciência humana e a relutância em utilizar modos contemporâneos de representação literária, o historiador volta à concepção de que a história é, afinal de contas, uma *semiciência*, de que os dados históricos não se prestam à “livre” manipulação artística e de que a forma das suas narrativas não é uma questão de escolha, mas é exigida pela natureza da própria matéria histórica.<sup>38</sup>

A aceitação ou negação de um caráter mais ou menos científico da história depende do público com o qual os historiadores lidam. Perante os literatos, se proclamam cientistas; se dialogam com representantes das chamadas ciências “duras”, então a história depende da intuição. Chega a ser hilariante que um saber se autodenomine uma “semiciência”. Para ir além de Bloch e de Le Goff, há o exemplo de outro historiador francês: Michel de Certeau. Para este, a história representa o real além da ciência e da ficção. “Além”, porque ora se aproxima de uma, ora se afasta de outra. Embora não deixe de corroborar a “doce balança”, Certeau destaca um ponto fundamental na relutante aproximação da história com a ficção: o aparelho social e técnico que vigia a escrita da disciplina – a instituição profissional.<sup>39</sup>

---

<sup>38</sup> WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso**: ensaios sobre a crítica da cultura. Trad. Alípio Correia de Franca Neto. 2 ed. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2001. p. 39 (grifos originais).

<sup>39</sup> Apud REIS, **História & teoria**, op.cit., p. 105.

É a partir do corpo acadêmico – constituído por pesquisadores, especialistas, professores, enfim, produtores do conhecimento – que a história ganha e conserva seu *status* científico. São os historiadores que respaldam o método do trabalho historiográfico, tido como o traço científico por excelência da história. Toda ciência é, por definição, regulada por leis, que podem ser adotadas, descartadas, aprimoradas ou reformuladas, mas que sempre mantêm o seu governo. Contudo, a transposição deste paradigma para a história esbarra nas particularidades das sociedades e na diacronia. Le Goff, por exemplo, reconhece que não há, em história, possibilidade de aplicar leis comparáveis àquelas das ciências da natureza. Mas o retorno à ambiguidade do saber histórico é inevitável: a história ainda se permite, em parte, ser regulada por leis, como os estágios de evolução dos sistemas econômicos, leis que *consome* e não produz.<sup>40</sup> A propósito, White observa que não houve nos estudos históricos uma “revolução copernicana” que fixasse um método uniforme: o prestígio das ciências naturais é que ditaria os métodos das chamadas ciências humanas.

Foi nas ciências naturais que a história dita positivista do século XIX buscou o modelo para seu paradigma de análise, vivo ainda hoje. Há quem diga que o historiador, ao lidar com o documento, trabalha de modo similar ao biólogo perante o DNA. Cabe perguntar: se, nos Oitocentos, o modelo que melhor se adequou à legitimidade da história foi o das ciências naturais, por que não, neste limiar de século XXI, a história buscar na arte, ou na literatura, novas fontes de inspiração? Ou, pelo menos, novos *insights* para sua produção? Há benesses possíveis para a história, se esta abandonar a rigidez da clássica distinção entre fato e ficção, que procurei problematizar acima. A história poderia se transformar “numa iniciativa mais criativa, autoconsciente e crítica”.<sup>41</sup> White afirma que o conhecimento histórico a ser alcançado está obrigatoriamente relacionado ao tipo de linguagem empregado pelo historiador. Ao argumento crítico de que este autor pretende equivaler ciência e arte, e que entende a construção dos fatos como uma interferência indiscutível do narrador,<sup>42</sup> responde: “Só uma inteligência tirânica e voluntariosa [...] poderia acreditar que o único tipo de conhecimento a que podemos aspirar é aquele representado pelas ciências

---

<sup>40</sup> Cf. LE GOFF, Jacques. História. In: **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1997. v. 1, p. 176.

<sup>41</sup> *Ibidem*, p. 137.

<sup>42</sup> Cf. BOMENY, Helena. Apresentação. In: WHITE, Hayden. Teoria literária e escrita da História, op.cit., p. 22.

físicas”.<sup>43</sup> A recusa ao diálogo com áreas do saber tidas como “não científicas”, inclusive a literatura, limita as possibilidades do saber histórico, pois este não é similar às ciências “duras”.

Opiniões tão polêmicas não seriam defendidas impunemente. Arnaldo Momigliano diz: “Temo as consequências da sua abordagem da historiografia [...] [porque White] eliminou a busca da verdade como tarefa fundamental do historiador”. Ginzburg sustenta “que encontrar a verdade é ainda o objetivo fundamental de quem quer que se dedique à pesquisa, inclusive os historiadores”.<sup>44</sup> Natalie Davis afirma que o autor norte-americano tem uma visão limitadora da história, pois não reconheceria os esforços feitos pelos historiadores em prol da evidência. Davis destaca, por exemplo, a nota de rodapé como um gênero de prova.<sup>45</sup> O argumento mais poderoso contra as ideias de White respeita à alegada renúncia que o autor faria da possibilidade da história atingir um conhecimento objetivo da realidade. Em *Trópicos do discurso*, White lembra que foi acusado de ceticismo radical e de pessimismo, o que refuta do seguinte modo:

Nunca neguei que fosse possível o conhecimento da história, da cultura e da sociedade; neguei apenas que fosse possível um conhecimento científico, do tipo alcançado no estudo da natureza física. Mas tentei mostrar que [...] somos capazes de chegar a um outro tipo de conhecimento sobre ela, o tipo de conhecimento que a literatura e a arte em geral nos fornecem em exemplos facilmente reconhecíveis.<sup>46</sup>

Não é o caso, pois, de equivaler literatura e história como formas de conhecer o passado; mas os modelos, as inflexões, as influências que melhor se coadunam com a história não podem vir de áreas do saber desafetas ao discurso sobre as sociedades humanas. A literatura, discurso que também respeita às sociedades, pode cumprir melhor o papel da interdisciplinaridade. O conhecimento histórico é indireto – por via das fontes –, parcial – os documentos não fornecem visão total e isenta sobre o pretérito –, imaginativo – a imaginação preenche as inevitáveis lacunas – e,

---

<sup>43</sup> Cf. LE GOFF, *História*, op.cit., p. 166.

<sup>44</sup> Cf. GINZBURG, **Relações de força**, op.cit., p. 61, também para a citação anterior de Momigliano.

<sup>45</sup> PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. Natalie Zemon Davis [entrevista], op.cit., p.107.

<sup>46</sup> WHITE, **Trópicos do discurso**, op.cit., p. 37-38.

em resumo, construído pelo historiador a partir de vestígios do passado, ou seja, ficcional.

Por fim, discuto as possibilidades de relação interdisciplinar entre história e literatura. Roger Chartier concebe tal relação de duas maneiras: uma, que enfatiza a identificação histórica da produção e transmissão dos textos, vale dizer, menos interessada em seu conteúdo narrativo; e outra, que pretende descobrir, nos próprios textos, a representação dos mecanismos de produção e transmissão, uma abordagem mais hermenêutica. Mais inclinado à primeira alternativa, Chartier propõe o conceito de “função-autor” – a autoria de um texto literário, mais que uma atribuição individual, é uma construção condicionada pelos meios jurídicos, institucionais ou acadêmicos vigentes numa sociedade. Este processo, que atribui a um texto a autoria de determinado sujeito, denota a necessidade de subordinar uma história da literatura às formas sociais de sua produção e transmissão.<sup>47</sup> O historiador deve compreender, desse modo, que a prática da escrita e sua recepção têm suas particularidades em cada sociedade.

O uso de fontes literárias como evidência histórica foi empregado de forma sistemática por Keith Thomas em *O homem e o mundo natural*, obra sobre as atitudes para com os animais e a natureza entre os séculos XVI e XVIII.<sup>48</sup> Thomas aponta – numa afirmação que talvez desagrade a historiadores mais tradicionais – que “os problemas de interpretação que [a literatura] apresenta não são mais sérios do que os dos documentos tradicionais”.<sup>49</sup> O problema das fontes literárias reside não no seu caráter “inventivo” ou no não compromisso com o realmente acontecido, mas nas convenções impostas pelos gêneros literários. Thomas salienta ainda que a *sensibilidade* é um requisito necessário mesmo para a interpretação de documentos oficiais.

Se nem a “matéria-prima” da história – as fontes arquivísticas públicas – escapa de problemas semelhantes aos das fontes literárias, que dizer do discurso histórico? Este é tomado não apenas pelo estilo de narrativa imposto pelas suas condições de produção – geralmente, de vigilância da corporação –, mas pelas inflexões feitas pelo próprio autor, a partir de seus valores e do julgamento sobre o objeto de estudo. Natalie Davis chama a isto de *estratégia literária*, da qual o historiador se serve

---

<sup>47</sup> CHARTIER, Roger. *Literatura e História*, op.cit., p. 197-199.

<sup>48</sup> PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. Keith Thomas [entrevista]. In: PALLARES-BURKE, **As muitas faces da história**, op.cit, p. 120.

<sup>49</sup> *Ibidem*, p. 144.

para mostrar ao leitor que, em dado momento, é sua a voz que fala no texto.<sup>50</sup>

Estas reflexões procuram mostrar que não há por que os historiadores temerem a aproximação com o discurso literário. Parece que a interdisciplinaridade, uma das bandeiras dos *annalistas*, se tornou alvo de suspeita permanente, como um bode expiatório das transformações trazidas pelo paradigma pós-moderno. White tem razão ao afirmar que os “historiadores não podem ignorar as críticas da comunidade intelectual em geral, nem buscar refúgio no favor de que gozam junto à laicidade letrada”.<sup>51</sup> O fato de o campo da história ter mantido, por certo tempo e nos círculos mais cientificistas, uma concepção antiquada de ciência e arte levou alguns de seus autores “a tratar os seus ‘fatos’ como se fossem ‘dados’ e se recusam a reconhecer [...] que os fatos [...] são elaborados pelos tipos de pergunta que o pesquisador faz acerca dos fenômenos que tem diante de si”.<sup>52</sup> A história – retomando Nietzsche – deveria deixar de ser científica, porque assim depreciaria a diferença e desprezaria os instintos vitais.<sup>53</sup> É pertinente a observação de José Saramago, que interpreta a atual profusão de “romancistas da História” como resultado de uma insatisfação tão profunda com a disciplina – cujos textos, em geral, são bem menos atraentes que os romances – que esta teve de se abrir para a imaginação.<sup>54</sup>

Apesar destas observações, é evidente que se dedicar a um trabalho sob esse prisma implica correr riscos, pois, em algum momento, se irá de encontro à *ortodoxia* disciplinar. José Carlos Reis discorre sobre o assunto, ao tratar do papel relativamente secundário que as discussões filosóficas tiveram na historiografia contemporânea:

[Os historiadores do século XX] Optaram por uma epistemologia prática: observar o que a comunidade faz e definir o conhecimento e a verdade possíveis pela própria prática histórica. Não há que prescrever e normatizar e, sim, praticar segundo os critérios estabelecidos pela comunidade de historiadores [...] [que são] o único filtro competente e autocontrolável

---

<sup>50</sup> PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. Natalie Zemon Davis [entrevista], op.cit., p.89.

<sup>51</sup> WHITE, **Trópicos do discurso**, op.cit., p. 52.

<sup>52</sup> *Ibidem*, p. 56.

<sup>53</sup> Cf. REIS, **História & teoria**, op.cit., p. 43-44.

<sup>54</sup> Cf. MENDONÇA; ALVES, Da alegria e da angústia de diluir fronteiras, op.cit. (p. 9 na versão eletrônica).

para decidir entre o relevante e o irrelevante, o rigoroso e o fabuloso em história.<sup>55</sup>

Mais ilustrativo é o exemplo, dado por Reis, sobre a trajetória acadêmica do historiador Georges DUBY:

[DUBY] distingue a verdade histórica ligada a uma instituição e a verdade histórica exterior a ela. A tese, por ser uma produção acadêmica específica, está submetida a regras de produção e será avaliada por delegados da instituição, que irão aplicar o regulamento, o código universitário, para aprová-la ou rejeitá-la. Mas, feita a tese, ele afirma, inclinou-se a não seguir mais as regras acadêmicas. [...] Ele não se impede de sonhar, de criar, quando faz a sua história pós-acadêmica. Mas, temendo a não recepção dessa sua produção, ele recua e concede: o sujeito não é tão livre assim e está ligado às exigências da comunidade [...] É como se até esse controle institucional não garantisse mais a verdade ou [...] restringisse ou forçasse artificialmente a sua existência.<sup>56</sup>

As reações ao diálogo histórico-literário correspondem, talvez, mais ao temor de que esta relação conduza à diluição dos saberes e à equivalência das narrativas. Numa linguagem mais grosseira, o medo de que se chegue a afirmar que “história e literatura, é tudo a mesma coisa”. Ginzburg, em entrevista concedida em 1998, afirma que não aconselharia mais os jovens historiadores – ao contrário do que fizera anos antes – a lerem romances, para que desenvolvessem a capacidade de conjecturar sobre os seres humanos. O historiador italiano diz temer os que “alimentam a moda atual de se borrar a distinção entre história e ficção”, preferindo aconselhar: “leiam romances, mas saibam que história e ficção são gêneros distintos que apresentam desafios um ao outro”.<sup>57</sup> Todavia, o mesmo Ginzburg, que hoje

---

<sup>55</sup> REIS, *História & teoria*, op.cit., p. 148.

<sup>56</sup> *Ibidem*, p. 172.

<sup>57</sup> PALLARES-BURKE, Carlo Ginzburg [entrevista], op.cit., p. 297. O histórico familiar de Ginzburg está intimamente ligado à literatura. Seu pai, o judeu-russo Leone Ginzburg, lecionou literatura russa na Universidade de Turim e traduziu para a língua italiana obras como *Anna Karênina*, de Tolstói. Sua mãe, Natalia Ginzburg, foi uma das maiores escritoras italianas do século XX, tendo trabalhado na editora Einaudi, para onde traduziu Proust. Ver p. 269; 272-273.

é tão cético quanto ao valor da literatura para os historiadores, em obra publicada originalmente em 1989 (em italiano) cita Balzac que, em 1842, escrevia a favor da presença, nos romances, do cotidiano e da vida privada, temas então negligenciados pela história. Segundo Ginzburg,

Foi necessário um século para que os historiadores começassem a aceitar o desafio lançado pelos grandes romancistas de Oitocentos – de Balzac a Manzoni, de Stendhal a Tolstoi – enfrentando campos de investigação anteriormente desprezados, com o auxílio de modelos explicativos mais subtis e complexos do que os modelos tradicionais.<sup>58</sup>

O debate com o qual pretendi contribuir neste artigo objetiva fazer o leitor compreender que a diferença entre história e literatura não está no caráter “mais real” da primeira, mas, sobretudo, em três pontos-chave que condicionam a produção do discurso histórico: o uso obrigatório de vestígios do passado (fontes escritas, arqueológicas, orais); as regras disciplinares e institucionais (que engendram a legitimidade do discurso); e as maneiras pelas quais é construído o discurso histórico: a elaboração do argumento, as notas de referência e a manipulação das fontes com vistas à apresentação de um trabalho coerente, que forneça às suas conclusões a chancela do real. Ou seja, uma ficção, porque *construída* pelo autor a partir do documento – “ficção controlada”<sup>59</sup> –, que comporta imaginação e estratégias literárias. Por isso, a escrita da história não dá uma dimensão incontestável da realidade. Por exemplo, se dois autores escrevem sobre o mesmo objeto e chegam a conclusões díspares, onde está a verdade? A história, ao se pretender um saber objetivo, não passa de uma “ficção científica”<sup>60</sup>, isto é, um discurso repleto de artifícios de ficcionalidade que se pretende científico.

Na literatura, esta impressão de verdade se inverte: os vestígios do passado até são utilizados em algumas obras, como os romances históricos, mais comumente por meio dos livros de história. Mas a imaginação predomina. Assim como a história, seu discurso abarca tanto elementos

---

<sup>58</sup> GINZBURG, Carlo. Provas e possibilidades à margem de ‘Il ritorno de Martin Guerre’, de Natalie Zemon Davis. In: GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico; PONI, Carlo. **A micro-história e outros ensaios** (Trad. António Narino). Lisboa: Difel, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991, p. 193-4.

<sup>59</sup> PESAVENTO, Fronteiras da ficção, op.cit., p. 39.

<sup>60</sup> Noção emprestada de SILVA, **A poética da impostura**, op.cit.

verdadeiros como imaginários. Todavia, sem ser controlada pelo documento, a literatura está mais à vontade para dar uma visão abrangente da vida, o que torna sua linguagem mais sedutora e menos árida do que a das teses vigiadas pela corporação. Talvez, por isso, existam mais leitores identificados com personagens históricas representadas nos romances do que nos trabalhos documentais. Afinal, como não optar pela ficção mais próxima da sensibilidade humana?